



Senado aprova projeto que regula o mercado de carbono

A Comissão do Meio Ambiente (CMA) do Senado aprovou por unanimidade nesta quarta-feira (4) o Projeto de Lei (PL) 412/2022, que estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), também conhecido como Mercado Regulado de Carbono. A proposta segue para análise da Câmara dos Deputados, a não ser que seja apresentado recurso para análise do Plenário no Senado. O texto substitutivo apresentado pela senadora Leila Barros (PDT-DF), relatora da proposta e membro da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), acatou pontos importantes defendidos pelo Sistema OCB, como o tratamento diferenciado às atividades agropecuárias primárias do setor agropecuário, a não inclusão de emissões indiretas associadas ao processo produtivo; o reconhecimento do balanço líquido das emissões em todos os elos da cadeia produtiva; e a possibilidade da atividade agropecuária gerar créditos para o sistema, pela recomposição de Áreas de Preservação Permanentes (APP) e Reserva Legal. “O Sistema OCB tem participado efetivamente da discussão de políticas públicas sobre a transição ecológica e o desenvolvimento sustentável, em fóruns nacionais e internacionais, inclusive no âmbito da Conferência das Nações Unidas

sobre Mudanças Climáticas (COP), com a apresentação de exemplos práticos de que é possível aliar produtividade com responsabilidade social, equilíbrio ambiental e viabilidade econômica, tendo as cooperativas no centro desta agenda. Reconhecemos, portanto, a importância central do Mercado de Carbono como mais um grande potencial para contribuir com a descarbonização de atividades produtivas no país”, afirmou Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB. Ainda segundo ele, a existência de um ambiente favorável é fundamental para o aproveitamento do potencial do país como liderança global na transição para uma economia verde. “Destacamos nesse contexto, as ações efetivadas no Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas (Plano ABC+), na efetivação completa do Código Florestal e no avanço das políticas de Pagamento por Serviços Ambientais e demais instrumentos econômicos voltados ao fomento do desenvolvimento sustentável”, complementou. O projeto define um teto de emissões a partir de 25 mil toneladas de dióxido de carbono (CO2) por ano. As empresas que emitirem acima do limite permitido serão reguladas e terão que reduzir ou comprar créditos de carbono para compensar essas emissões. Caso permaneçam abaixo do limite predefinido, as empresas poderão comercializar a cota com outras que não conseguiram atingir suas próprias metas e, conseqüentemente, precisam adquirir créditos para a compensação. O SBCE também se inspira no sistema de comércio de emissões (ETS, na sigla em inglês) da União Europeia e busca garantir a aceitação dos créditos de carbono no exterior, além de permitir a negociação de acordos comerciais. O relatório apresentado pela senadora Leila Barros aponta ainda que

existem cerca de 73 sistemas de precificação de carbono em operação pelo mundo, o que reflete a importância de o Brasil regulamentar o mercado devido à riqueza em recursos florestais e à composição da matriz energética. “O Brasil tem papel crucial para demanda de ativos ambientais no contexto de um mercado global de carbono. Um robusto marco regulatório é a base para a transição econômica e climática pretendida”, afirmou a senadora. A senadora Tereza Cristina (PP-MS), vice-presidente da Frencoop no Senado, foi uma das principais articuladoras em favor das alterações que contemplaram as necessárias do setor agropecuário no projeto. “Essas negociações foram fundamentais para atender o agro porque ele é, com certeza, o principal fornecedor de créditos de carbono do Brasil”, destacou. Fonte: SomosCooperativismo



Hospital Unimed Volta Redonda celebra 13º aniversário com mais avanços para a saúde da região

O Hospital Unimed Volta Redonda completou, nesta quarta-feira (4), treze anos de atividade com novas conquistas para a saúde da região Sul Fluminense. A unidade recebeu autorização do Ministério da Saúde para realizar transplantes de fígado e rim, sendo o primeiro hospital da região autorizado a realizar os procedimentos. Além disso, a unidade conquistou novamente a certificação PALC (Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos), da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica e aderiu à Rede Global Hospitais Verdes e Saudáveis. Com a autorização para novos transplantes, o hospital soma quatro modalidades: medula óssea, tecidos, fígado e rim. Para o presidente da Unimed Volta Redonda, Dr. Vitório Moscon Puntel, os investimentos em diferenciação visam que a unidade hospitalar seja uma referência na prestação de serviços de saúde, garantindo que os moradores da região não precisem se deslocar aos grandes centros para serem atendidos. Diante de um ano significativo, o laboratório da unidade hospitalar, também conquistou novamente a certificação PALC, da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, que atesta a qualidade e segurança dos serviços prestados pela unidade, desde o atendimento do paciente até o laudo. No Brasil, apenas 194 unidades são acreditadas pelo Programa. “Na prática, a certificação reconhece que o laboratório possui processos padronizados, eficientes e seguros. Investimos continuamente para proporcionar aos nossos clientes uma assistência cada vez mais segura e de qualidade e, consequentemente, fazer a diferença na vida das pessoas com um atendimento centrado no cliente, seguindo também o Jeito Unimed de Cuidar: gentileza, respeito e competência”, destaca o presidente da Unimed Volta Redonda, Dr. Vitório Moscon Puntel. **Compromisso ambiental e sustentabilidade** O Hospital Unimed Volta Redonda, que tem em sua prática o desenvolvimento de ações em prol do

meio ambiente, tornou-se membro do Projeto Hospitais Saudáveis (PHS) e da Rede Global Hospitais Verdes e Saudáveis no Brasil. Com a adesão, o hospital vai participar do programa Desafio Energia, para melhorar ações de eficiência energética e reduzir, cada vez mais, os impactos ambientais das nossas operações. O Projeto Hospitais Saudáveis reúne 321 unidades e 21 sistemas de saúde brasileiros comprometidos com os objetivos da Agenda Global Hospitais Verdes e Saudáveis. O propósito de desenvolver a agenda de Energia é reduzir o uso de energia proveniente de combustíveis fósseis como forma de melhorar e proteger a saúde pública; promover a eficiência energética, bem como o uso de fontes renováveis, visando, a longo prazo, obter 100% das necessidades de energia obtidas de fontes renováveis geradas no hospital ou na comunidade. *Fonte: Jornal do Vale*



COAGRO, ZEG Biogás e Porto do Açú unem-se para viabilizar a primeira usina de biometano a partir da cana do RJ

A Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (COAGRO), a ZEG Biogás, empresa de soluções inovadoras em biocombustíveis, e

o **Porto do Açú**, maior complexo porto-indústria de águas profundas da América Latina, celebraram um memorando de entendimento para a **implantação** de uma **usina de biometano** com capacidade inicial de produção de 5 milhões de m3 por ano. Os primeiros estudos foram iniciados pela **ZEG BIOGÁS** em maio de 2023, e a expectativa é que a decisão de investimento ocorra no primeiro trimestre de 2024, para que assim a **planta** tenha sua operação comercial iniciada em 2025. O objetivo é viabilizar no **Porto do Açú**, localizado na região Norte Fluminense, uma oportunidade para a **agroindústria fluminense**, que já foi um importante produtor de **cana-de-açúcar** do país, e busca retomar sua posição de destaque, agora impulsionado pela economia verde, com a **produção de biocombustíveis** avançados, como o **biogás, biometano** e outros **produtos biogênicos**. Os estudos consideraram a implantação de uma primeira unidade de **produção de biometano**, com custos estimados em R 60 milhões para sua conclusão. Com a ampliação da disponibilidade de **biomassa** local, prevista para ocorrer ao longo dos próximos anos, os investimentos poderão ser ampliados, assim como a oferta de **biometano** para o mercado. O projeto da **infraestrutura** tem como base os estudos realizados anteriormente, e que compreendem o memorando para sua conclusão. A **usina** será a primeira do estado do Rio de Janeiro a utilizar **vinhaça**, subproduto da **cana-de-açúcar**, para **geração de biogás e produção do biometano**, mas também é estudada a aplicação de outros substratos para a ampliação do **projeto no futuro**. “Nos últimos 20 anos, a **Coagro** vem trabalhando para o fortalecimento do **agronegócio** através da geração de empregos e de renda, compromisso com meio ambiente, nossos colaboradores, fornecedores e a sociedade. Esse acordo soma os esforços para uma política norteada pelo **conceito de sustentabilidade**”

afirmou **Frederico Paes**, presidente da **COAGRO**. Pelo memorando assinado, a **Porto do Açú** atuará como **plataforma de infraestrutura**. Além de fomentar o consumo do **biometano** nas instalações industriais, irá fazer o **transporte dos veículos de carga** e providenciar **equipamentos logísticos**. A **ZEG Biogás** proverá as **soluções tecnológicas** para **geração do biogás** e sua **purificação em biometano**, atuando, também, como potencial investidor do projeto, além de comercializar com exclusividade todo o **biocombustível** produzido. A **COAGRO** fornecerá a matéria-prima necessária para a **produção do biogás**, além de se posicionar como instrumento de fomento da **agricultura regional**, proporcionando maior desenvolvimento a toda região e gerando impacto social no entorno. "Buscamos tornar o **Porto Açú** um ecossistema para o **desenvolvimento de projetos industriais de baixo carbono** e contribuir para a **transição energética**. Isso se dará a partir da ampliação da **disponibilidade de energias de fonte renovável**. Um desses caminhos passa justamente pelo uso da **biomassa da cana para produção de biogás e biometano**. Estamos trabalhando para combinar **energia renovável e consumo industrial** no mesmo lugar", destacou **João Braz**, Chief Commercial Officer (CCO) do **Porto do Açú**. A iniciativa, alinhada ao plano de negócios com foco em industrialização sustentável do **Porto do Açú** e da **ZEG Biogás**, também poderá ajudar a região a retomar posição de destaque na **produção de cana-de-açúcar** no país, fomentando produtores locais. Atualmente, o potencial de **produção de cana-de-açúcar** na área de influência do Açú é de cerca de 2,1 milhões de toneladas por ano. Fonte: JornalCana

CURSO

Fundamentos de Marketing para Cooperativas

Aqui tem mais que os Ps de Marketing. **Tem C de coop!**

Inscreva-se! capacita.coop.br

capacitacoop  Sistema OCB



capacitacoop

CURSO

EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO A CLIENTES

Em busca de um atendimento que **encanta e fideliza**

Inscreva-se! capacita.coop.br

 Sistema OCB

